



RESUMO DOS 120 ANOS DA EEAP

A IMPORTÂNCIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA NA MUDANÇA DO PARADIGMA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL PRESTADA AO PORTADOR DE SOFRIMENTO MENTAL

Lirys Figueiredo Cedro¹, Ândrea Cardoso de Souza²

RESUMO

Objetivo: Descrever as modificações no tratamento de saúde mental após a reforma psiquiátrica e a importância da enfermagem na melhoria do paciente com transtorno mental. **Método:** Realizou-se uma revisão bibliográfica. **Resultados:** cabe mencionar que o modelo psiquiátrico clássico costumava transformar a loucura em doença e engendrava uma necessidade social por tratamento e assistência, ao distanciar o louco do espaço social e promover a transformação da loucura em objeto do qual o sujeito precisa se distanciar. **Conclusão:** a reforma psiquiátrica contribuiu para a descentralização da assistência, voltada para melhoria da qualidade de vida do portador de transtorno mental e favorecendo a inclusão social dos pacientes ao propiciar trocas sociais ao favorecer a cidadania e contratualidade. **Descritores:** Reforma Psiquiátrica, Enfermagem, Sofrimento mental.

^{1,2} Instituição: UFF. E-mails: lirysfigueiredo@gmail.com, andriacz@ig.com.br.

INTRODUÇÃO

O processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil surge em benefício da alteração dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços, e protagonismo dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde nos processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado. Entende-se a Reforma psiquiátrica como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais. É no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que este processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios¹. Este estudo tem como objetivos: Descrever as modificações no tratamento de saúde mental após a reforma psiquiátrica e a importância da enfermagem na melhoria do paciente com transtorno mental.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão bibliográfica ao escolher artigos e materiais de relevância sobre a temática.

RESULTADOS

A Reforma Psiquiátrica tem como uma das vertentes mais importantes a desinstitucionalização com decorrente desconstrução do manicômio e dos paradigmas que o sustentam. A substituição progressiva dos manicômios por outras práticas terapêuticas e a cidadania do doente mental vem sendo objeto de

discussão não só entre os profissionais de saúde, mas também em toda a sociedade². Em relação à discussão desse paradigma, cabe mencionar que o modelo psiquiátrico clássico costumava transformar a loucura em doença e engendrava uma necessidade social por tratamento e assistência, ao distanciar o louco do espaço social e promover a transformação da loucura em objeto do qual o sujeito precisa se distanciar. Para promover a produção de saber e discurso. É neste conjunto simbólico que a prática e o saber psiquiátrico tornam-se possíveis o lócus manicomial. O manicômio concretiza a exclusão da produção da modernidade na relação com o diferente. O que estava em questão agora era um cenário do projeto de desinstitucionalização, de desmontagem e de desconstrução de saberes, práticas e discursos comprometidos com a objetivação da loucura e sua diminuição à doença. Entende-se por desinstitucionalização o ato de compreender instituição no sentido dinâmico e complexo das práticas que produzem determinada forma de perceber, entender e relacionar-se a fenômenos históricos e não somente desospitalizar, ao identificar a extinção de manicômios/organizações hospitalares³. Quanto à questão da assistência aos portadores de sofrimento mental atuação do Enfermeiro consiste no enfoque na promoção da saúde mental, na prevenção da enfermidade mental, na ajuda ao portador de sofrimento mental no enfrentamento das pressões da enfermidade mental e na capacidade de assistência ao paciente, à família e à comunidade, ajudando-os a encontrarem o verdadeiro sentido da enfermidade mental. Para o enfermeiro, a realização de suas funções, deve usar a percepção e a observação, formular interpretações válidas, delinear campo de ação

com tomada de decisões, planejar a assistência, avaliar as condutas e o desenvolvimento do processo. Essas atividades fazem parte do processo de enfermagem, devendo direcionar o relacionamento interpessoal e terapêutico⁴.

Nesses serviços, a Enfermagem, direciona suas ações de forma diferenciada no tratamento dos portadores de sofrimento mental, implicando atitudes de respeito e dignidade para com o enfermo, ações voltadas às individualidades do sujeito e participação deste em seu processo de tratamento, ao valorizar e estimular o auto cuidado valorizando, como também a reinserção em grupos sociais e comunitários. Para isso, o profissional deve buscar cenários de produção do acolhimento, isto é, espaços que tornem possível a solidariedade, a afetividade, a compreensão, a autonomia, a ética e a cidadania, enfim, espaços que proporcionem a atenção psicossocial e a reabilitação do indivíduo. O processo de reabilitação seria um processo de reconstrução, um exercício de cidadania e de contratualidade. A construção da cidadania é o ponto fundamental da reabilitação psicossocial, sendo necessário um vínculo efetivo e contínuo, do profissional com o paciente, bem como deste com o serviço de saúde⁵.

CONCLUSÕES

Portanto, a reforma psiquiátrica contribuiu para a descentralização da assistência, voltada para melhoria da qualidade de vida do portador de transtorno mental e favorecendo a inclusão social dos pacientes ao propiciar trocas sociais, ao favorecer a cidadania e contratualidade.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.
2. Sena RR. A reforma psiquiátrica no Brasil: Contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental e família. Rev Latino-am Enfermagem. v.9 n.2 São Paulo março.2001.
3. Amaranre P. [coord]. Loucos pela vida. 2ª ed, Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009. 46p,47p.
4. VILELA, S.S.; MORAES. M.C. A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental. . Rev. bras. enferm. [online]. Brasília, v.57, n.6, pp. 738-741, Nov/dez.2004.
5. Miranda CML. Algumas questões sobre a assistência de Enfermagem psiquiátrica de qualidade. Por uma assistência psiquiátrica em transformação. Cadernos do IPUB, Rio de Janeiro.v.3, 95-101.

Recebido em: 27/08/2010

Aprovado em: 17/12/2010